

Ensino de Contabilidade Pública: uma análise das matrizes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis das IES de Minas Gerais

Marielle Luiza de Oliveira¹

Professora orientadora: Me. Alessandra Vieira Cunha Marques

Resumo

O presente estudo objetiva analisar a carga horária das grades curriculares quanto ao ensino de Contabilidade Pública adotadas pelas IES de Minas Gerais, a fim de verificar se os alunos da Graduação do referido curso possuem, em suas matrizes, carga horária compatível com as recomendações do CFC. A amostra objeto da pesquisa é formada por 139 IES públicas e privadas de Minas Gerais que oferecem os cursos de Graduação em Ciências Contábeis. Utilizou-se o teste não paramétrico de Mann-Whitney para analisar das médias das cargas horárias quanto ao ensino de Contabilidade Pública. Os resultados encontrados revelam que as IES mineiras possuem deficiência na carga horária da disciplina de Contabilidade Pública, visto que a média geral foi de 77,63 horas, e a carga horária proposta pelo CFC é de 180 horas. O resultado do teste de *Mann Whitney* aponta que as IES mineiras não possuem em suas grades curriculares diferença estatisticamente significativa na carga horária de Contabilidade Pública, logo se infere que não há diferença no ensino dessa disciplina de IES públicas e privadas, presenciais e a distância. Cabe ressaltar, ainda, que a Contabilidade governamental bem aplicada é fundamental para os países em desenvolvimento, visto que pode gerar benefícios econômicos para os mesmos e ainda diminuir armadilhas fiscais e falhas de governança de um país.

Palavras-chave: Educação contábil. Contabilidade pública. Matriz curricular.

ABSTRACT

This study aims to analyze the workload in the curriculum as the public accounting education adopted by the Minas Gerais Higher Education Institutions (HEI), in order to verify if the Accounting Sciences course graduate students have in their workload arrays compatible with the Federal Accounting Council (FAC) recommendations. The sample object of the survey consists of 139 public and private institutions of Minas Gerais which offer Accounting graduate courses. We used the nonparametric Mann-Whitney to analyze the means of curriculum on the Public Accounting education. The results showed that the studied HEI have disabilities in the workload of public accounting discipline, as the overall average was 77.63 hours, and the proposed by FAC is 180 hours. The result of the Mann Whitney test shows that the studied HEI do not have in their curriculum statistically significant difference in the workload of public accounting, then it follows that there is no difference in the teaching of this discipline of public and private institutions, in classroom or distance learning. It notes also that the well applied governmental accounting is critical for developing countries, since it can generate economic benefits for them and reduce tax pitfalls and failures of governance in a country.

Keywords: Accounting Education. Public Accounting. Curriculum.

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela Fucamp-Fundação Carmelitana Mário Palmério

1 Introdução

Historicamente, com a vinda da Família Real para o Brasil, houve o desenvolvimento da Economia agrícola, industrial e da Educação no País. Também foram criadas por Dom João VI, em 1808, as principais instituições, como o Banco do Brasil, a Casa da Moeda, a Biblioteca Pública entre outras (Silva, 1992). Posteriormente, para atender esses negócios que se formavam no Brasil, foram promovidas, no Rio de Janeiro e no Maranhão, as primeiras aulas do Comércio, criadas pelo Decreto 456/1846, cujo currículo era composto de disciplinas de cunho prático (Peleias *et al.*, 2007). A escola Álvares Penteado e a Academia de Comércio do Rio de Janeiro foram as primeiras escolas oficiais de formação de contabilistas no Brasil, todavia, sem o título de Bacharel. O título de Bacharelado em Ciências Contábeis e Atuariais só ocorreu em 1945, com o Decreto-Lei n.º 7.988 (Leite, 2005).

Desde o ano de 2004, o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Ciências Contábeis, corroborando com a Resolução CNE/CSE 10/2004 que trata o perfil desejado do profissional, as competências, habilidades e conteúdos curriculares. Além disso, o CFC recomenda uma carga horária de 180 horas para a referida disciplina. Apesar de seguirem esses padrões estabelecidos pelo CNE, as instituições de ensino superior (IES) têm autonomia na elaboração das grades curriculares dos seus cursos de Ciências Contábeis, articulando nelas a inclusão de módulos que melhor qualifique o ensino. Logo, cada IES tem discricionariedade para a definição das disciplinas do curso, bem como da carga horária de cada uma delas, inclusive disciplinas que abordem o tema setor público.

Segundo Chan (2010), o desenvolvimento político e econômico de um país está vinculado ao desenvolvimento da Contabilidade Governamental. Contudo, as IES não têm dado a merecida atenção para a Contabilidade Pública, pois Feijó (2010) evidencia que é comum que o aluno da área contábil tenha, ao longo de todo o curso, apenas uma disciplina voltada para a área pública, uma carga horária deficiente, fato este que não permite que os alunos adquiram os conhecimentos inerentes à profissão contábil do setor governamental. A Contabilidade Governamental subdesenvolvida gera armadilhas fiscais e falhas de governança, e esta, por sua vez, resulta em corrupção e subdesenvolvimento de um país (Chan, 2010).

Para atuar como contador de entidades públicas, esses profissionais contábeis devem desenvolver competências relacionadas ao fornecimento de informação aos usuários sobre os

resultados alcançados e aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações (CFC 2008). Além disso, devem estar preparados para a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o que vem ocorrendo desde 2008 e tem aumentado a exigência por qualificação (Reis *et al.*, 2015). Logo, o Projeto Político Pedagógico dos cursos de Ciências Contábeis deve estar adequado à demanda do mercado de trabalho e às mudanças nas normas e práticas contábeis (Sachuk & Shinzaki, 2007).

Diante do contexto apresentado, o presente estudo tem como objetivo analisar a carga horária das grades curriculares quanto ao ensino de Contabilidade Pública adotada pelas IES de Minas Gerais. Para tanto, analisaram-se os projetos dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades mineiras públicas e privadas, com o intuito de obter as disciplinas ofertadas por essas faculdades, bem como a grade horária de cada disciplina do referido curso. Para tratamento dos dados relacionados às cargas horárias foi utilizado o teste de diferenças de médias não paramétricas de *Mann-Whitney*.

A relevância desta pesquisa está na representatividade do Curso para a sociedade, uma vez que, de acordo com o Ministério da Educação - Sistema e-MEC, no ano de 2017, existiam 1.729 cursos de Ciências Contábeis no Brasil. Além disso, os dados do Censo de Educação Superior, que é realizado anualmente pelo INEP, no ano de 2016, reforçam a relevância do Curso de Ciências Contábeis visto que ele ocupou 5.º lugar no *ranking* dos cursos superiores mais procurados no Brasil, tendo 355.425 alunos matriculados nos 27 estados. Os resultados desta pesquisa podem ser úteis para coordenadores de curso, docentes, órgãos de classe e discentes repensarem sobre a carga horária Contabilidade Governamental, visto que estudos anteriores (Dutra, 2003; Giroto, 2010; Curty & Tavares, 2014) apontam para a carência do ensino de Contabilidade Pública nas IES.

Este artigo com os dados da pesquisa está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção esboça o referencial teórico, a terceira descreve a metodologia aplicada na pesquisa, a quarta descreve os resultados e conclusões da pesquisa. E por último, a quinta seção é dedicada às considerações finais.

2 Referencial Teórico

2.1 A Educação Contábil no Brasil

O mercado de trabalho, para o profissional contábil, é amplo e com muitas oportunidades, pois se trata de um *expert* indispensável em todas as instituições, sejam elas

públicas ou privadas (Marion & Santos, 2001). Logo, espera-se que as IES façam um estudo detalhado da profissão, no momento de elaborar o projeto do Curso de Ciências Contábeis. Sendo assim, as IES precisam identificar as habilidades e conhecimentos demandados pelo mercado de trabalho brasileiro para a formatação da grade curricular do referido Curso, para que, assim, o contador desenvolva sua carreira desde a Graduação, atendendo a essas exigências (Santos *et al.*, 2011).

Leal, Soares & Souza (2008) realizaram uma pesquisa com contadores da cidade de Uberlândia-MG e identificaram as exigências do mercado de trabalho para o profissional contábil como também os conhecimentos específicos necessários, comparando as exigências com as perspectivas dos alunos formados em Ciências Contábeis. Os autores concluíram que as necessidades do mercado de trabalho quanto ao profissional contábil não estavam alinhadas com as perspectivas que os alunos tinham do mercado. De acordo com os autores, isso indica que as IES devem estar atentas às necessidades do mercado e adequar seus métodos de ensino e currículos, incluindo competências de identificar problemas, formular e implantar soluções, além disso, inserir procedimentos de ensino que incluam habilidades de liderança.

Andrade & Cabral (2017) analisaram as IES que possuem o Curso de Ciências Contábeis no estado de Minas Gerais, buscando o nível de aderência das disciplinas de Contabilidade Pública face às NBCASP. Para tanto, elaboraram o Índice de Análise de Aderência – INBCASP, cuja média nessas IES mineiras foi de 40,9% em relação às normas. Constatou-se, no referido estudo, que fatores como a quantidade de disciplinas oferecidas pelas IES mostraram ter influência no grau de aderência média às NBCASP, concluindo, assim, que a carga horária aplicada ao ensino do conteúdo de Contabilidade Pública interfere positivamente no INBCASP.

Já o estudo de Maciel *et al.* (2015), realizado nas IES do Rio Grande do Sul, traz resultados com o INBCASP que revelaram que as instituições atendem de forma significativa às proposições das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público no ensino da Contabilidade Pública, em que a média de aderência nas instituições foi de 72,4% com relação ao conteúdo dessas normas. As comparações realizadas entre a categoria de ensino e a organização acadêmica da instituição não revelaram diferenças significativas nos níveis de aderência avaliados.

Dutra (2003) realizou um estudo de campo na cidade de Florianópolis, e entrevistou 30 contadores, com o objetivo de sanar dúvidas sobre o Curso de Ciências Contábeis. Questionou os entrevistados se os atuais currículos do dito Curso deveriam focalizar uma área

específica do Curso ou ser um curso genérico. Do total de participantes, 83% responderam que o Curso deveria manter o foco em disciplinas específicas. A área mais indicada pelos respondentes do estudo foi Contabilidade Pública. Os contadores que participaram da entrevista justificaram sua resposta, salientando que existem muitos entes públicos na grande Florianópolis, o que resulta e demanda desses profissionais. Os contabilistas citaram, também, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que, por sua importância no meio público, proporciona aos ditos profissionais uma oportunidade a mais de se destacar na sociedade.

Todavia, esse anseio dos contadores não tem sido atendido pelas IES, pois, segundo Giroto (2010), há insuficiência de disciplinas que abordem o setor governamental na maioria dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil. Além dos anseios dos profissionais existe a demanda da sociedade, visto que “[...] sistemas contábeis melhorados podem facilmente conduzir às melhorias na gestão financeira governamental (Chan, 2010). Essa demanda se torna ainda mais evidente em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, em que a corrupção é um problema grave (Rose-Ackerman, 1999).

Rodrigues & Miranda (2013), ao analisarem os conteúdos mais recorrentes em concursos no período de 2011 e 2012, para o cargo de contador no Brasil, também reforçam a necessidade de as IES se atentarem ao currículo que oferecem no Curso de Ciências Contábeis, visto que 40% do conteúdo cobrado nas provas se referem à disciplina de Contabilidade Pública, seguida de Contabilidade Básica – 15%, Contabilidade Tributária – 7,5%, Estrutura das Demonstrações Contábeis – 7,5%, Contabilidade de custos – 7% e Contabilidade Societária – 6,5%.

Tais achados são preocupantes, visto que Chan (2010) alerta que essa escassez de contadores qualificados é um grave entrave a ser superado na promoção de maior *accountability* e transparência financeira governamental.

2.3 A participação da Contabilidade governamental na Matriz curricular do Curso de Ciências Contábeis no Brasil

De acordo com Dutra (2003), as IES, atualmente, possuem autonomia na elaboração de seus currículos, o que acarreta duas peculiaridades. A primeira diz respeito à autonomia, que permite que uma IES defina a sua própria política educacional; já a segunda, está relacionada ao encargo que isso acarreta, pois ela é responsável pela definição de seus

próprios currículos e, por esta razão, não pode mais atribuir a terceiros a culpa por eventuais problemas.

Contudo, essa liberdade quanto à matriz curricular trouxe prejuízos para o ensino de Contabilidade Pública. Cavalcante *et al.* (2011) realizaram um estudo que analisou os currículos adotados pelas universidades federais brasileiras para os cursos de Ciências Contábeis e os comparou com o currículo mundial elaborado pela ONU/UNCTAD/ISAR. Verificou-se que diversas IES federais no Brasil ofertam disciplinas em consonância com o currículo mundial. Nota-se, todavia, que esse número ainda não é suficiente, visto que os currículos dos cursos de Ciências Contábeis das IES pesquisadas possuem menos de 50% de adequação às disciplinas do currículo mundial. Concluíram que os currículos dos cursos de Contabilidade das IES pesquisadas não estão adequados ao currículo mundial proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR, visto que a universidade com maior proporção de adequação alcança apenas 48,94%.

Silva *et. al* (2010) também contribuem com a discussão sobre o ensino da Contabilidade Pública. Os autores observaram, por meio da análise do ENADE e da proposta curricular do CFC em cursos brasileiros de Ciências Contábeis, que a disciplina de Finanças e Contabilidade Pública possui carga horária mínima de 80 horas para 50% das IES pesquisadas, média de 98,93 horas para a referida disciplina, e também o desvio padrão de 38,05 horas. Os autores ainda destacam que algumas IES nem ministram a referida disciplina, visto que os resultados apontam carga horária zero em algumas instituições.

Esses achados contrariam o currículo mundial proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR, que faz sugestão da disciplina de Contabilidade Pública nos currículos das IES que ministram o Curso de Ciências Contábeis. Além disso, como a carga horária da mencionada disciplina sugerida pelo CFC é de 180 horas, verifica-se uma deficiência no ensino da Contabilidade governamental no Brasil

3 Procedimentos metodológicos

Esse estudo caracteriza-se como descritivo, por levantar informações acerca do ensino da disciplina de Contabilidade Pública constante nas grades curriculares das IES de Minas Gerais (Prodanov & Freitas, 2013; Gil, 2010). Quanto ao método, a pesquisa classifica-se em qualitativa e quantitativa, por tratar de revisão da literatura, coletando os dados de maneira expressa e por empregar instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados (Beuren, 2006; Santos; 2010)

Utilizou-se o teste de diferenças de médias não paramétricos de Mann-Whitney e Kruskal-Wallis para avaliar as hipóteses da pesquisa (H_0 : Carga horária das IES públicas = das IES privadas e H_0 : A carga horária das IES presenciais = das IES a distância), uma vez que as variáveis de estudo não apresentaram distribuição normal (Fávero, 2009). A normalidade foi verificada por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov (K-S) e Shapiro-Wilk (S-W).

3.2 Amostra da pesquisa

A população inicial objeto de estudo constitui-se de todas as 160 IES de Minas Gerais e que oferecem o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, na modalidade presencial ou a distância, que estivessem em atividade e cadastradas no MEC no período da pesquisa, ou seja, no primeiro semestre do ano de 2018.

A amostra final da pesquisa foi definida pela disponibilidade de dados (planos de cursos) nos portais eletrônicos das IES e também pelas respostas aos contatos via correio eletrônico realizados pelas pesquisadoras juntamente com as coordenações dos cursos. Conforme se verifica na formação da amostra da pesquisa na Tabela 1, a amostra da pesquisa consiste em 139 IES, ou seja, 86,87% da população total.

Tabela 1: Formação da amostra da pesquisa

Descrição	Quantidade
IES que possuem o Curso de Ciências Contábeis em Minas Gerais, no ano de 2018	160
(-) IES que não possuem o Curso de Ciências Contábeis e estão cadastradas no e-MEC como se tivessem	(3)
(-) IES que não deram retorno sobre as grades curriculares do Curso de Ciências Contábeis	(18)
(=) Amostra final da pesquisa	139

Fonte: as pesquisadoras (2018)

Verificam-se na Tabela 2, as características das IES da pesquisa, que foram segregadas por tipo de organização (privada ou pública) e também por modalidade de ensino (presencial ou a distância).

Tabela 2: IES por tipo de organização e modalidade em julho

	Quantidade	Frequência Percentual
IES privadas	131	94,24%
IES públicas	8	5,76%
Total	139	100%
IES com educação presencial	88	63,31%
IES com educação a distância	51	36,69%
Total	139	100%

Fonte: as pesquisadoras (2018)

Constata-se na Tabela 2, que as IES mineiras que oferecem o Curso de Ciências Contábeis são, em sua maioria, organizações privadas, sendo 94,20% do total de instituições, e o restante, 5,80% composto por instituições públicas de ensino. Também se analisou a modalidade de ensino nessas instituições, ou seja, curso presencial ou curso a distância. Evidenciou-se que 63,04% dessas instituições possuem o ensino na modalidade presencial e 36,96% no modelo de ensino a distância.

4 Análise de Dados

Por meio do exame da Tabela 3, constata-se que a média de carga horária da disciplina de Contabilidade Pública oferecida ao longo do referido Curso é maior nas IES públicas, sendo de 81,25 horas do que nas IES privadas que apresentaram carga horária de 77,48 horas. As IES possuem uma média geral da carga horária de 78,53 horas. Esses achados corroboram o estudo de Feijó (2010), que salienta que é comum que o aluno da área contábil tenha, ao longo de todo o Curso, apenas uma disciplina voltada para a área pública.

É importante destacar que essa realidade da baixa carga horária de Contabilidade governamental nas IES de Minas Gerais não atende aos anseios de formação profissional, destacados na pesquisa de Sorgetz, *et al.* (2014) e isso é preocupante, visto que contadores públicos qualificados são cruciais na luta global contra a corrupção governamental (Chan, 2010). Além disso, confirma os achados de Giroto (2010) e Machado e Casa Nova (2008), que demonstraram a carga horária de Contabilidade Pública é deficiente e ainda reforça o estudo de Mulatinho (2007) quanto à necessidade de adequação de carga horária de Contabilidade Pública.

Quando se fala de NBCASP, é ainda mais preocupante, devido à complexidade desse novo modelo de Contabilidade apontado por Silva e Rosa (2016). Logo, as IES devem trabalhar as diversificações práticas e relatórios contábeis no Setor Público (Feijó, 2011). Os egressos de Contabilidade que querem atuar como contadores públicos enfrentam dificuldades, sendo as principais: pouca experiência profissional e grande complexidade de adaptação às normas IFRS por serem regramentos baseados em princípios (Curty & Tavares, 2014).

Essas médias de Contabilidade Pública apontadas na Tabela 3 demonstram, ainda, que a carga horária da referida matéria nas IES mineiras é deficiente, quando comparada à média nacional que é de 98,93 horas e, ainda mais alarmante, quando confrontadas com a proposta

do CFC de 180 horas aulas (Silva, 2010). Esses resultados demonstram que as IES mineiras precisam adequar a grade curricular dos cursos de Ciências Contábeis, de modo que a carga horária da disciplina de Contabilidade Pública se emparelhe ao proposto pelo referido órgão de classe.

Tabela 3: Carga horária por tipo de IES e modalidade de ensino

	Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo	Desvio padrão
IES públicas	81,25	60	60	60	150	34,82
IES privadas	77,48	80	80	0	160	27,23
IES presenciais	78,53	80	80	0	160	29,59
IES a distância	76,05	80	80	36	160	24,03
Média geral	78,53	-	-	-	-	27,62

Fonte: as pesquisadoras (2018)

Quanto à modalidade de ensino, verificou-se que o ensino presencial possui uma carga horária média da disciplina Contabilidade Governamental de 78,53 horas enquanto o ensino a distância é de 76,05 horas. Apesar dessa diferença na carga horária, Thomas L. Russell (2001) afirma que não há diferença de aprendizagem entre modalidades de ensino (presencial e a distância), logo essa carga horária pode não influenciar na aprendizagem de Contabilidade Pública. Quanto ao desvio padrão geral, o presente estudo apresentou um resultado de 27,62 demonstrando que as IES mineiras apresentam dispersão em torno da média inferior ao coeficiente de variação nacional encontrado no estudo de Silva (2016) que foi de 38,05.

Quando se trata de carga horária mínima, verifica-se na Tabela 3, que algumas IES privadas mineiras possuem carga horária da disciplina de Contabilidade Pública igual a zero corroborando com os achados de Giroto (2010) e Silva *et al.* (2016) sobre a carência de ensino de Contabilidade Pública no Brasil. Os autores destacam que algumas IES nem ministram a referida disciplina, visto que os resultados apontam carga horária zero em algumas instituições. Leal, Soares & Souza (2008), Zamin (2009) detectaram esse problema nas matrizes curriculares alertando que IES devem se atentar para o ensino da Contabilidade governamental.

Para testar se as médias de carga horária de Contabilidade Pública são estatisticamente diferentes entre grupos estabelecidos na Tabela 3 (tipo de instituição de ensino, modalidade de ensino), utilizou-se o teste não paramétrico de Mann-Whitney em nível de significância de 5%. Na Tabela 4, são expostos os resultados desse teste para dois grupos: tipo de IES e modalidade de ensino.

Tabela 4 - Diferenças estatísticas (tipo de IES, modalidade de ensino)

Descrição	Quant. de IES	Média de carga horária de C.P.	Teste estatístico	
IES pública	8	81,25	Mann-Whitney U	- 0, 553
IES privada	131	77,48	<i>P-value</i>	0, 5802
Presencial	88	78,53	Mann-Whitney U	0, 390
A distância	51	76,05	<i>P-value</i>	0, 6969

Fonte: as pesquisadoras (2018)

Verifica-se, na Tabela 4, que não existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias da carga horária da disciplina de Contabilidade Pública das IES mineiras públicas e privadas, presenciais e a distância quando aplicado o teste não paramétrico de Mann-Whitney. Isso sugere que as matrizes curriculares das IES possuem carga horária deficiente quanto ao ensino de Contabilidade Pública tanto nas faculdades públicas quanto nas privadas, e que a modalidade de ensino (presencial e a distância) não influencia na determinação da carga horária da referida disciplina. Esses achados se assemelham ao estudo de Maciel *et al.* (2015) realizado nas IES do Rio Grande do Sul, que constata que a categoria e a organização acadêmica da instituição não revelaram diferenças significativas no ensino, quando avaliada a matriz curricular do Curso de Ciências Contábeis.

A pesquisa de Andrade e Cabral (2017) evidenciou que fatores como a quantidade de disciplinas de Contabilidade Pública tem influência no grau de aderência média em relação às NBCASP. Os autores concluíram que a carga horária aplicada ao ensino do conteúdo de Contabilidade Pública interfere positivamente no INBCASP, que foi o índice de aderência avaliado nas IES. Chan (2010) salienta que os recursos humanos aptos são peças-chave no sucesso da reforma em andamento da Contabilidade Governamental.

Sendo assim, infere-se que as IES têm uma função social importante no processo de qualificação desses profissionais contabilistas, que são protagonistas nesse processo de adoção das NBCASP tidas por Chan (2010) como essenciais para os países em desenvolvimento. Segundo o autor, a Contabilidade Governamental traz benefícios sociais, contribuindo para o desenvolvimento econômico de um País. Com isso torna-se oportuno que as IES mineiras promovam a revisão de suas matrizes curriculares buscando a adequação da carga horária de Contabilidade Pública.

Considerações Finais

O estudo teve como objetivo a análise da carga horária das grades curriculares quanto ao ensino de Contabilidade Pública adotada pelas IES de Minas Gerais. Para tanto, analisaram-se os projetos dos cursos de Ciências Contábeis das IES mineiras, com o intuito de obter as disciplinas ofertadas por essas IES bem como a grade horária de cada disciplina do referido Curso. Para tratamento dos dados, foi utilizado o teste de diferenças de médias não paramétricas de *Mann-Whitney*.

As evidências encontradas sugerem que a carga horária de Contabilidade Pública das IES mineiras é baixa (média de 77,63 horas), visto que a carga horária mínima de Contabilidade Pública sugerida pelo CFC é de 180 horas, e o estudo demonstra que algumas dessas IES nem oferecem a referida disciplina. Ressalta-se, ainda, que as IES mineiras públicas e privadas, presenciais e a distância não possuem médias de carga horária da disciplina de Contabilidade Pública estatisticamente significativa, o que indica que não há diferença no ensino de Contabilidade Pública nas IES mineiras. O tipo e modalidade de ensino das IES não são fatores que influenciam a carga horária da referida disciplina.

Sendo assim, cabe às IES mineiras revisarem as matrizes curriculares do Curso de Ciências Contábeis, visto que a Contabilidade Governamental subdesenvolvida gera armadilhas fiscais e falhas de governança; essa, por sua vez resulta em corrupção e em subdesenvolvimento de um país. A Contabilidade Pública é essencial nos países em desenvolvimento devido aos benefícios econômicos que podem gerar.

A contribuição desse estudo é fornecer aos interessados – gestores das IES e dos cursos de Graduação em Ciências Contábeis, professores desses cursos, órgãos fiscalizadores, entre outros, evidências empíricas de fatores relacionados à disciplina de Contabilidade Pública, demonstrando que a carga horária é deficiente.

Uma das limitações da pesquisa foi a falta de publicação das grades curriculares de algumas IES, o que impediu a conclusão dos resultados para todas as IES de Minas Gerais, visto que 18 IES não publicaram (11,25 % do total de IES de MG), nem deram retorno quando solicitadas a fazê-lo. Apesar de a carga horária de Contabilidade Pública, em algumas IES mineiras, aproximar-se do exigido pelo CFC, o estudo não averiguou a qualidade do ensino. Também não foi analisado se a disciplina de Contabilidade Pública era de cunho prático ou teórico.

Para estudos futuros sugere-se: 1) que o estudo seja replicado com a ampliação da base de dados, pesquisando todas as instituições de Ensino Superior brasileiras. 2) analisar o perfil dos egressos de Ciências Contábeis que trabalham no setor governamental, a fim de verificar se as cargas horárias de Contabilidade Pública das IES desenvolvem realmente profissionais qualificados para atuar nesse setor. 3) realizar análise comparativa das preferências pelas metodologias de ensino presencial e a distância, objetivando detectar diferenças na aquisição de conhecimento, por parte dos alunos, dos conteúdos relacionados a área de Contabilidade Pública.

Referências Bibliográficas

- Beuren, Ilsa M. *et al.* (2006) *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade, teoria e prática*. 3a ed. São Paulo: Atlas.
- Brasil, Ministério da Educação (2018). Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em 11 abr. 2018.
- Cabral, Natielli Pereira Santos & Andrade, Maria Elisabeth Moreira Carvalho (s.d.). *Nível de aderência das normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público – NBCASP: Um estudo no ensino superior no Estado de Minas Gerais*. Disponível em: http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/9639_nivel_de_aderencia_das_normas_brasileiras_de_Contabilidade_aplicadas_ao_setor_publico_-_nbcasp_-_um_estudo_no_ensino_superior_no_estado_de_minas_gerais.pdf. Acesso em: 30 nov 2018.
- Cavalcanti, Danival Sousa, Luiz Damázio Pereira de Aquino, Márcia Martins Mendes De Luca, Vera Maria Rodrigues Ponte, Maria Clara Cavalcante Bugarim (2011) *Adequação dos Currículos dos Cursos de Contabilidade das Universidades Federais Brasileiras ao Currículo Mundial de Contabilidade e o Desempenho no Enade*. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/905/865>. Acesso em: 29 nov. 2018.
- Chan, J. (2010). As NICSPs e a Contabilidade Governamental de Países em Desenvolvimento. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 4(1), 1-17. <https://doi.org/10.17524/repec.v4i1.145>.
- Curty, N. A. P. & Tavares, T. (2014) A imagem dos contadores sobre sua profissão e a Teoria das Representações Sociais: um estudo empírico na cidade de Londrina e região. *Anais... 5. Congresso UFSC de Controladoria e Finanças*, Santa Catarina, 2014.
- Dutra, Oneide Tadeu (2003). *Proposta de uma matriz curricular para o Curso de Ciências Contábeis na Grande Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Programa de Pós Graduação em Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://migre.me/1cKPo>>. Acesso em 12 nov. 2018.
- Feijo, Paulo Henrique. Setor Público prepara a convergência. *Revista Transparente IBRACON*. Abril-jun. 2011
- Giroto, Maristela. O que o mercado atual espera dos profissionais contábeis. *Revista Brasileira de Contabilidade*, [S.l.], n. 185, p. 12-25, abr. 2012. ISSN 2526-8414. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/909>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- Giroto, Maristela. Vigência e aplicação das normas brasileiras de Contabilidade em 2018. *Revista Brasileira de Contabilidade*, [S.l.], n. 229, p. 4-13, mar. 2018. ISSN 2526-8414. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/1656/1162>>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2017). *Censo da Educação Superior*. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/censo_superior_tabelas.pdf>. Acesso em 23/0/2018>.

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2016) *Sinopse Estatística da Educação Superior*. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 22 mar 2018.
- Leal, Edvalda Araújo, Soares, Mara Alves & Sousa, Edileusa Godói de (2008). Perspectivas dos formandos do Curso de Ciências Contábeis e as exigências do mercado de trabalho. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v.1, nº10, p. 147-159, Jul./Dez., 2008.
- Leite, Carlos Eduardo Barros (2005). *A evolução das Ciências Contábeis no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.
- Maciel, E. B. *et al.* Análise da aderência das normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público – NBCASP- em instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br//comTexto/article/view/47128/pdf\54>>. Acesso em 10 jun 2018
- Marion, J. C. (2001) *O Ensino da Contabilidade*, 2a ed., São Paulo: Atlas.
- Mulatinho, Caio Eduardo Silva (2007). *Educação contábil: um estudo comparativo das grades curriculares e da percepção dos docentes dos cursos de Graduação das universidades federais da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, referentes ao programa mundial de estudos em Contabilidade proposto pela ISAR/UNCTAD/ONU*. Recife, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Disponível em: < http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2700/1/Dissert_Caio%20Eduardo%20Mulatinho.pdf>. Acesso: 11 abr. 2018.
- Peleias, I. R.; Silva, G. P., Segreti, J. B. & Chiroto, A. R. (2007) Evolução do ensino da Contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista de Contabilidade e Finanças–USP*, São Paulo, Edição, v. 30, p. 19-32, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18nspe/a03v18sp.pdf>. Acesso em 20 out. 2018.
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013) *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2a edição*. Porto Alegre: Feevale.
- Reis, A., Sediama, G., Moreira, V., & Moreira, C. (2015). Perfil do Profissional Contábil: Habilidades, Competências e Imagem Simbólica. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(25), 95-116. doi://doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p95.
- Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004 do Ministério da Educação. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf acessado 22 de março 2018.
- Rodrigues, B. C. O. & Miranda, G. J. Concursos para contador: quais conteúdos vêm sendo priorizados? Congresso Brasileiro de Custos - CBC, 20., 2013, Uberlândia/MG. *Anais*. Uberlândia: CBC, 2013.
- Sachuk, M. I., & Shinzaki, K. (2007). Projetos pedagógicos dos Cursos de Ciências Contábeis: depositários ou criadores de conhecimento?. *Contabilidade Vista & Revista*, 18(4), 105-128.

- Santos, D. F. *et al.*(2011) Perfil do profissional contábil: estudo comparativo entre as exigências do mercado de trabalho e a formação oferecida pelas instituições de ensino superior de Curitiba. *Revista Contemporânea em Contabilidade*, v. 8, n. 16, p. 137-152, 2011.
- Silva, A. C. R. (2010) *Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade*. 3a ed. São Paulo: Atlas.
- Silva, Gustavo Miguel Santos & Rosa, Fabricia Silva da (2016). O Curso de Ciências Contábeis no Brasil: um estudo sobre as políticas públicas de ensino superior e seu reflexo na oferta e na demanda no período de 2001 a 2013. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, ISSN 2238-5320, UNEB, Salvador, v. 6, n. 2, p. 94-111, maio/ago.
- Silva, Josilene Marques (2015). A influência da contabilidade aplicada ao setor público no controle dos gastos públicos: um estudo de caso no município de Serra Negra do Norte/RN. CAICÓ – RN 2015. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Seridó, 2015.
- Silva, Pedro C., Weffort, Elionor F. J. (2010) *Brasil*. EAA Annual Congress, 33, 2010, Istanbul. Proceedings. Istanbul, 19-21 May 2010.
- Silva, Vanessa Ramos , G. J. (2017). Enade e Proposta Curricular do CFC: um Estudo. *REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, ISSN 1981-8610, Brasília, v.11, n. 3, art. 1, p. 261-275, jul./set. 2017. Disponível online em: www.repec.org.br. Acesso em 18 de dez. 2018.
- Sorgetz, E. T. S. *et al.*(2014) Áreas de Contabilidade mais desejadas: estudo de caso dos acadêmicos de Ciências Contábeis formados em 2014 da FSG. *Revista Contabilidade, Ciências da Gestão e Finanças*, Caxias do Sul, v. 2, n. 1. p. 4-25, 2014. Disponível em: <http://ojs.fsg.br/index.php/rccgf/article/viewFile/1198/987>. Acesso em: 17 de mai. 2018.
- Zamin, Leoni Menta; Brandalise Fábio & Fella Leonir José. O Contador Público no contexto da Gestão Pública. *Revista de administração e Ciências Contábeis do IDEAU*, ISSN 1809-6212 Vol.4 - n.8 - Janeiro - Junho 2009 Semestral. Disponível em: https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/112_1.pdf. Acesso em: 24 mai. de 2018.